

ENTRE A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO: IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DA VIDA NO ADOECIMENTO MENTAL E PSICOLÓGICO DO PROFESSOR

BETWEEN PSYCHOLOGY AND EDUCATION: IMPACTS OF PRECARIOUS LIFE ON TEACHER'S MENTAL AND PSYCHOLOGICAL ILLNESS

ENTRE PSICOLOGÍA Y EDUCACIÓN: IMPACTOS DE LA VIDA PRECARIA EN LA ENFERMEDAD MENTAL Y PSICOLÓGICA DEL DOCENTE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-085>

Data de submissão: 08/08/2025

Data de publicação: 08/09/2025

Rosane Castilho

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: rosanecastilho@ueg.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7759079221108657>

Edson José de Souza Júnior

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: ejsj@bol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7594333415062633>

RESUMO

O adoecimento mental e psicológico do professor é uma realidade preocupante no contexto educacional brasileiro. Esse artigo visa analisar dados empíricos de estudos publicados acerca do adoecimento docente no Brasil, um fenômeno multifacetado e crescente. Revisitando 13 estudos selecionados e publicados nas plataformas Scielo e Doaj, entre 2014 e 2024, os dados revelam uma alta prevalência de transtornos mentais e comportamentais, como ansiedade, depressão e síndrome de Burnout. Problemas vocais e osteomusculares também são comuns e frequentemente retratados como parte da profissão. A partir dos estudos pesquisados, pode-se reconhecer que o adoecimento mental e psicológico do professor é um problema sistêmico e que exige uma abordagem multidimensional. Nesse sentido, políticas públicas que envolvam a valorização do trabalho docente, por meio de suporte psicossocial, redução da sobrecarga de trabalho, revisão dos processos, criação de ambientes estruturalmente saudáveis e colaborativos e enfrentamento da naturalização do sofrimento, devem estar no cerne das discussões.

Palavras-chave: Adoecimento Mental e Psicológico. Docência. Precarização da Vida.

ABSTRACT

Teacher mental and psychological illness is a worrying reality in the Brazilian educational context. This article aims to analyze empirical data from published studies on teacher illness in Brazil, a multifaceted and growing phenomenon. Revisiting 13 selected studies published on the Scielo and Doaj platforms between 2014 and 2024, the data reveal a high prevalence of mental and behavioral disorders, such as anxiety, depression, and burnout syndrome. Vocal and musculoskeletal problems are also common and often portrayed as part of the profession. Based on the studies researched, it can be recognized that teacher mental and psychological illness is a systemic problem that requires a

multidimensional approach. In this sense, public policies that involve valuing teaching work through psychosocial support, reducing workload, reviewing processes, creating structurally healthy and collaborative environments, and addressing the naturalization of suffering should be at the heart of discussions.

Keywords: Mental and Psychological Illness. Teaching. Precariousness of Life.

RESUMEN

La enfermedad mental y psicológica docente es una realidad preocupante en el contexto educativo brasileño. Este artículo busca analizar datos empíricos de estudios publicados sobre la enfermedad docente en Brasil, un fenómeno multifacético y creciente. Revisando 13 estudios seleccionados publicados en las plataformas Scielo y Doaj entre 2014 y 2024, los datos revelan una alta prevalencia de trastornos mentales y del comportamiento, como ansiedad, depresión y síndrome de burnout. Los problemas vocales y musculoesqueléticos también son comunes y a menudo se presentan como parte de la profesión. Con base en los estudios investigados, se puede reconocer que la enfermedad mental y psicológica docente es un problema sistémico que requiere un enfoque multidimensional. En este sentido, las políticas públicas que implican la valoración del trabajo docente mediante el apoyo psicosocial, la reducción de la carga de trabajo, la revisión de procesos, la creación de entornos estructuralmente saludables y colaborativos, y el abordaje de la naturalización del sufrimiento deben estar en el centro de las discusiones.

Palabras clave: Enfermedad Mental y Psicológica. Docencia. Precariedad de la Vida.

1 INTRODUÇÃO

A profissão docente, considerada pilar fundamental para o desenvolvimento social e a construção do conhecimento, tem sido, paradoxalmente, um campo de crescente adoecimento mental e psicológico no Brasil. Esse fenômeno complexo, enraizado em múltiplas dimensões do trabalho e da cultura educacional, reflete as intensas transformações e pressões enfrentadas no mundo do trabalho, especialmente em um cenário de precarização crescente.

Estudos apontam que as reformas educacionais, implementadas desde os anos 1990, intensificaram a precarização do trabalho docente. A transposição de conceitos do setor privado-empresarial para o campo educacional (nos âmbitos público ou privado), com a imposição de metas e indicadores de produtividade, gera um ambiente de estresse e competitividade mórbida.

Autores como Ferreira-Costa e Pedro Silva (2019) e Silva et al. (2023), sustentam que as relações interpessoais no ambiente de trabalho também são fontes significativas de estresse. A lógica, focada na eficiência, ao desconsiderar a especificidade da atividade pedagógica, também potencializa fatores de atrito com a gestão, mitiga ocompanheirismo entre pares profissionais, e cobranças de todas as ordens são fatores que contribuem para o esgotamento. Aguiar et al, (2024) apontam para a solidão no ambiente de trabalho, exacerbada pela falta de colaboração e apoio entre pares, intensifica o sofrimento psíquico.

Além desses fatores, Gouvêa (2016) aponta que problemas de infraestrutura nas escolas (precariedade de condições prediais, mobiliário inadequado, ventilação, iluminação e saneamento impróprios) e ainda a violência impactam diretamente a dinâmica laboral, a saúde e a segurança dos professores. Some-se a isso, as práticas de bonificação por assiduidade e outras práticas análogas, que, segundo a autora, acaba por induzir o presenteísmo, prática através da qual professores são levados a trabalhar mesmo doentes, por vezes com uso de automedicação. Apesar dos estudos comprovarem que o presenteísmo prejudica a saúde (física, mental e psicológica) dos docentes, é preciso levar-se em conta que também engendra uma "descontinuidade no processo educacional" afetando a qualidade do ensino ofertado.

Nesse diapasão, o adoecimento mental e psicológico docente é tangenciado por uma dimensão muitas vezes invisível, moldada por aspectos culturais e sistêmicos que dificultam sua percepção e tratamento adequado: naturalização, presenteísmo e medicalização. Penteado e Souza Neto (2019) sugerem que uma questão central é a "cultura de naturalização dos problemas à condição de ser/estar professor". Segundo os autores, a naturalização, a banalização e a normalização estão enraizadas em uma cultura marcada pela feminização do magistério e pela concepção de ensino como vocação, doação e sacrifício, leva à vergonha e ao silêncio em relação à doença e ao sofrimento vivenciados.

Nesse sentido, têm dificuldade em perceber o processo de saúde-doença no trabalho e demoram a buscar serviços de saúde, apresentando, segundo estudos, baixa adesão aos tratamentos.

Importante ressaltar que, assim como nos ensinaram Bourdieu e Passeron (2008), a precarização do trabalho do professor deve ser compreendida como um fenômeno estrutural, vinculado às dinâmicas de poder que permeiam o campo educacional. Ao se considerar que a docência vem sendo atravessada por processos de instabilidade, produtivismo, adoecimento e desvalorização, é possível observar que tais condições não emergem de forma isolada, mas se inserem em uma lógica de reprodução social. Sob essa lógica, a precarização se legitima não apenas como uma contingência econômica, mas como um *modus operandi* incorporado, que internaliza práticas de exploração sob a aparência de normalidade.

Ao fim e ao cabo, este texto visa analisar dados empíricos de doze estudos recentes, traçando um panorama do adoecimento docente e de suas implicações.

2 MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos metodológicos, esse estudo buscou analisar dados relativos a estudos publicados acerca do adoecimento docente no Brasil entre os anos de 2014 e 2024, em língua portuguesa e disponibilizados pelas plataformas Scielo (*Scientific Electronic Library online*) e Doaj (*Directory of Open Access Journals*). Dentre os 19 artigos identificados, buscamos a identificação dos descriptores “trabalho docente” “adoecimento” e “precarização” e 13 deles atenderam aos propósitos dessa revisão. Abaixo, informamos a síntese esquematizada dos referidos estudos, com destaque para os objetivos e conclusões referentes a cada trabalho:

Quadro 1: Síntese dos estudos acerca do Adoecimento entre professores:

| Autores | Objetivo | Conclusões |
|-----------------------|--|--|
| Venco (2016) | Analisar a articulação entre a política educacional e os efeitos nas relações e condições de trabalho de professores de escolas públicas. | A partir de pesquisa de campo, o estudo identificou a existência de precariedade nas condições de trabalho nas redes municipal e estadual, e os fatores que contribuem para a penosidade no trabalho envolvem manifestações tanto físicas quanto psicológicas, agravadas pela condição de esgotamento. |
| Batista et al. (2016) | Identificar os transtornos mentais que mais provocam afastamento laboral em docentes. | Os achados apontam para a necessidade de intervenções que considerem os transtornos mentais como patologia de trabalho docente. |
| Gouvêa (2016) | Analisar a abordagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação sobre a relação entre condições de trabalho e adoecimento docente. | A CNTE coletivizou o problema do adoecimento, transformando-o de uma questão individual para uma coletiva. O presenteísmo, incentivado por políticas de bonificação por desempenho, agrava o problema. |

| | | |
|-------------------------------------|---|--|
| Oliveira, Pereira e Lima (2017) | Investigar as modalidades de adoecimento e sintomas que acometem os professores universitários do ensino público. | O estudo apontou para a prevalência de adoecimentos considerados psicossomáticos, seguidos pelas patologias psíquicas e adoecimentos e sintomas físicos. |
| Facci, Urt e Barros (2018) | Discutir a relação estabelecida entre a precarização do trabalho e o adoecimento do professor em condição de readaptação. | Estudo aponta para uma ruptura entre sentido e significado na prática profissional, gerando o processo de adoecimento e dificuldades extras no processo de readaptação. |
| Tostes et al. (2018) | Identificar a correlação entre sofrimento mental e condições de trabalho em professores do ensino público. | A acentuação da exploração docente, a degradação das condições de trabalho e o consequente comprometimento dos tempos de lazer e descanso, resultou no sofrimento mental identificado em grande parcela dos professores pesquisados. |
| Tundis e Monteiro (2018) | Identificar fatores de risco à saúde mental de docentes do ensino superior público. | O contexto de trabalho precário potencializa o sofrimento e os riscos à saúde mental. Há uma contradição entre a realização profissional e o esgotamento. O diálogo entre gestão e corpo docente é fundamental para a prevenção de riscos. |
| Penteado e Souza Neto (2019) | Analizar o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento de professores a partir de uma revisão de literatura. | Há uma "cultura de naturalização" do adoecimento. A vivência de ensino como sacrifício e doação leva ao presenteísmo. Políticas de gestão equivocadas e a falta de políticas de saúde integral contribuem para o problema. |
| Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019) | Verificar níveis de ansiedade e depressão em professoras do Ensino Infantil e Fundamental. | O adoecimento psíquico compromete a escola como um todo e sua função social. A sociedade exige alto grau de "tolerância" e resiliência dos professores. Há uma escassez de estudos científicos sobre o tema no Brasil. |
| Cruz et al. (2020) | Rastrear indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia de COVID-19. | A pandemia exacerbou problemas de saúde mental. A baixa expectativa de retorno e a prevalência de ansiedade/depressão indicam mal-estar psicológico que afeta a volta ao trabalho presencial. |
| Silva et al. (2023) | Investigar a percepção dos docentes de Ensino Fundamental sobre sua saúde mental. | O adoecimento é um problema coletivo e não individual. A medicalização é uma forma de "suportar as condições de trabalho". A feminização do magistério é um fator de vulnerabilidade. |
| Machado e Cecílio (2024) | Mapear e analisar a literatura sobre adoecimento psíquico de professores. | Há uma carência de políticas públicas de cuidado, prevenção e promoção da saúde dos professores. O neoliberalismo e a lógica gerencialista impõem exigências de produtividade que ignoram o bem-estar docente. |

Fonte: Os autores (2025)

No que tange aos resultados e à discussão, as considerações e os achados de cada um dos estudos são analisados a partir dos itens a seguir.

2.1 A PREVALÊNCIA DO ADOECIMENTO PSÍQUICO

A literatura científica tem consistentemente revelado uma alta prevalência de transtornos mentais e comportamentais entre os docentes, abrangendo ansiedade, depressão, estresse e a síndrome de *Burnout*. Machado e Cecílio (2024) informam que, globalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 300 milhões de pessoas sofrem de depressão, e a prevalência de ansiedade e depressão aumentou cerca de 25% em 2020, resultando na perda de aproximadamente 12 bilhões de dias de trabalho anualmente.

Segundo Silva et al. (2023), um dado alarmante é que 33,7% dos professores fazem uso de alguma medicação. Este índice sugere um processo de medicalização na educação, onde as dificuldades da escolarização e do trabalho são patologizadas e sustentadas por explicações biologizantes. Os autores sustentam que o uso de medicamentos é visto como uma forma de "suportar as condições de trabalho", adotada em vez de abordar as causas sistêmicas do adoecimento. Assim, a medicalização em larga escala, observada nos dados do estudo, aliada à baixa valorização social e à sobrecarga, indica que, segundo os autores, o adoecimento docente é um problema coletivo (e não meramente individual), sendo observado em escala global.

No contexto brasileiro, os dados são igualmente alarmantes. Uma pesquisa de campo realizada com docentes de Ensino Infantil e Fundamental em uma cidade paulista por Machado e Cecílio (2024), revelou que cerca de 50% das participantes apresentaram níveis de ansiedade e/ou depressão considerados prejudiciais ao ato educativo. Esse estudo revela, mais especificamente, 41,9% exibiram níveis "leve", "moderado" ou "grave" de ansiedade, e 30,5% apresentaram níveis "leve" ou "moderado" de depressão, segundo Ferreira-Costa & Pedro-Silva (2019). Em um município do Rio Grande do Sul, segundo o estudo, 50% dos professores afastados do trabalho apresentaram transtornos mentais e comportamentais, predominantemente depressivos. Para docentes universitários, o contexto de trabalho também é crítico, com 17,3% dos participantes confirmado afastamento por licenças médicas nos 12 meses anteriores à pesquisa, de acordo com Tundis e Monteiro (2018).

Quanto à saúde física e mental dos docentes, um tipo de estresse crônico, é identificado em 48% dos educadores em um estudo realizado por Penteado, Souza e Neto (2019). No referido estudo, um a cada quatro profissionais docentes manifestaram sentir exaustão emocional. Além dos transtornos mentais, problemas de saúde vocal e osteomusculares são recorrentes e frequentemente associados ao sofrimento psicológico. O estudo indicou ainda que 35% dos professores da rede básica apresentavam cinco ou mais sintomas vocais, e 80% relataram problemas vocais relacionados ao trabalho, como cansaço vocal (92,8%), desconforto para falar (90,4%) e rouquidão (82,2%). Segundo

os dados, apesar da alta incidência, apenas 34,5% dos respondentes buscaram ajuda especializada, evidenciando uma possível naturalização desses sintomas como parte da profissão.

Tostes et al (2018) enfatizam que a acentuação da exploração docente, a precariedade das condições de trabalho e o consequente comprometimento dos tempos de lazer e descanso, tem resultado em grave prejuízo à saúde física e mental. Assim, o sofrimento fartamente evidenciado por meio de um conjunto de sinais e sintomas, alimenta os registros epidemiológicos em todo o mundo ocidental, em especial na América Latina, dentre eles, a depressão (44%) e a ansiedade (70%).

Silva et al (2023) informam que 47,8% dos professores identificam em si sintomas de adoecimento representado por esgotamento emocional. Dos 249 pesquisados, 71, 5% apontam o estresse como consequência da precarização das condições de trabalho observada a partir da intensidade do ritmo das atividades, e altos níveis de concentração e atenção a fim de atingir as metas pedagógicas preconizadas pelas instituições, influenciando negativamente em sua qualidade de vida e em níveis diferenciados de adoecimento físico e mental. Do total de respondentes, 33,7% informaram fazer uso de medicação, dado que permitiu a análise de correlação entre saúde mental e atividade laboral do professor.

Ferreira-Costa e Pedro Silva (2019), apontam para a ansiedade e a depressão, objeto do estudo desenvolvido, com índices de 41,9% para a primeira e 30,5% para a segunda, o que corrobora com parte significativa dos estudos referentes à saúde mental dos professores acerca de sintomatologias que indicam algum nível de adoecimento mental.

Oliveira, Pereira e Lima (2017), em levantamento bibliográfico, apontam que as modalidades de adoecimento do docente universitário no ensino público envolvem tanto distúrbios psíquicos (relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão) quanto alterações emocionais e mentais (perda de vitalidade, profunda tristeza, desgaste mental, angústia, preocupação, nervosismo, tensão difusa e frustração). Quanto aos adoecimentos físicos, o desgaste envolvendo fadiga, indisposição, prejuízo vocal e as afecções osteomusculares (dores nas costas, nos membros inferiores e superiores), bem como a cefaleia foram predominantes. Os estudos também discutiram as alterações psicossomáticas, consideradas predominantes entre os pesquisadores, envolvendo alterações do sono, da glicose, da pressão arterial, taquicardia e enxaqueca, e ainda as comorbidades, que vão de crises gástricas a problemas digestivos e dermatológicos. A Síndrome de *Burnout*, causada pelo rompimento da relação harmoniosa entre os âmbitos somático, emocional e intelectual também foi referenciada nos estudos pesquisados.

Batista et al. (2016) realizaram um estudo na Paraíba onde foram analisados 476 prontuários de professores do ensino superior entre 1999 e 2012. Destes, 254 apresentaram algum nível de

transtorno mental. Quanto aos afastamentos, 53% dos docentes o fizeram por apresentarem depressão, 12% esquizofrenia, 10% transtorno bipolar, 8% por reação aguda ao estresse, 8% por níveis altos de ansiedade e 12% por outros diagnósticos. Os autores apontam para a necessidade de acompanhamento dos níveis de estresse laboral entre docentes, já que a subnotificação associada aos casos de adoecimento é uma possibilidade real, questão também apontada por Campos, Véras e Araújo (2020).

Facci, Urt e Barros (2018) em pesquisa qualitativa com 20 docentes, identificaram distintos tipos de adoecimento físico e mental, dentre eles depressão, acometendo 08 respondentes, e síndrome do pânico associada à depressão, acometendo 03 respondentes. Problemas nas cordas vocais e problemas musculares foram informados por 03 respondentes, respectivamente.

Venco (2016) aponta para os tipos de adoecimento associados à condição de penosidade, ancorados no campo do direito à saúde e associados a tédio, excesso, severidade e insalubridade, presentes ainda no contexto do regime de acumulação flexível e associada a dimensões psicológicas que se manifestam por um aumento considerável da fadiga, pelo agravamento das alterações do sono e pela depressão. No plano físico, as doenças cardiovasculares e distúrbios osteomoleculares são relatados.

2.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRESSÕES SISTÊMICAS

O adoecimento mental e psicológico na categoria docente é um processo multifacetado, com suas raízes profundamente entrelaçadas nas condições de trabalho e nas pressões sistêmicas impostas ao exercício da profissão. Machado e Cecílio (2024) apontam para a sobrecarga e a intensificação do trabalho, que emergem como fatores determinantes para o adoecimento docente. Os achados de Silva et al. (2023), convergem, sustentando que estudos revelam que professores frequentemente dedicam mais de 40 horas semanais, com o trabalho invadindo o tempo de lazer devido a demandas de atualização, preparação de aulas, reuniões e tarefas burocráticas. Para os autores, a falta de reconhecimento, somada a baixos salários e à insuficiência de apoio institucional, contribui significativamente para o desgaste na relação com a gestão. Aguiar et al. (2024) apontam ainda para a precarização econômica, que abrange não apenas salários insuficientes, mas também jornadas excessivas e contratos instáveis, contribuindo para a instabilidade e insegurança quanto à profissão.

Gouvêa (2016), aponta que a necessidade de preparar atividades em casa, muitas vezes devido à insuficiência da carga horária contratada ou à busca por múltiplos empregos para complementar a renda, agrava essa sobrecarga. Em um estudo realizado por Cruz et al. (2020), os dados informam que 39,3% dos docentes dedicavam mais de 20 horas semanais a atividades síncronas e assíncronas mesmo durante a pandemia. O autor sustenta ainda que políticas de bonificação por desempenho, pressionam

os professores a não faltar ao trabalho, mesmo doentes, para não perderem a gratificação. Essa prática, criticada porque não busca solucionar as causas do adoecimento docente, é mantida, segundo estudos com professores, em especial na educação básica. Como consequência, o professor é levado a permanecer no ambiente escolar mesmo doente, o que prejudica a qualidade do ensino-aprendizagem. Segundo o autor, esse cenário contribui diretamente para a precarização da profissão e a diminuição da satisfação com a atividade de magistério.

Segundo estudo de Tundis e Monteiro (2018), docentes efetivos em universidades públicas apresentaram médias mais elevadas em danos psicológicos e sociais em comparação com os substitutos, embora estes demonstrassem maior "realização profissional", já que os primeiros se viam mais cobrados quanto às demandas de produtividade acadêmica.

De acordo com Tostes et al (2018) as transformações no campo da economia e as decorrentes transformações no mundo do trabalho, demandam reformas nos sistemas educacionais e, no afã de ajustar-se à realidade, postulam-se novos processos aos quais o trabalhador deve se adequar. Tais processos envolvem, entre outros aspectos, flexibilidade, aptidão para adquirir rapidamente habilidades e competências técnicas e operacionais e um perfil mais voltado à competitividade, o que viria a viabilizar um maior nível de empregabilidade. Nesse sentido, o arcabouço de conhecimentos e saberes seria gradualmente substituído pelo desempenho performático do professor que, constrangido a novos papéis, também se vê responsável por responder às contradições quanto à "qualidade" do ensino ofertado e ainda quanto à função social das instituições de ensino, nos mais distintos níveis.

Segundo Silva et al. (2023), a precariedade das condições de trabalho vivenciadas pelos professores é representativa de um processo histórico de desmantelamento do campo da educação, cujos objetivos estão para além do viés econômico. Nesse sentido, sustentam a impossibilidade de apontar para o adoecimento do professor, descontextualizando-o das condições de intensificação do trabalho, da precarização econômica associada à condições salariais, tipos de vínculo e jornada de trabalho e ainda das mudanças estruturais engendradas por novas demandas quanto às rotinas, à inserção de novas tecnologias e à adequação aos modelos de gestão educativa.

De acordo com Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), psicólogos escolares e pesquisadores, em estudo realizado com 105 docentes da educação básica na região do Vale do Paraíba - São Paulo, informaram que entre os principais aspectos associados à precarização do trabalho do professor estão o salário (85,7%); aspectos estruturais da sala como acústica, iluminação e climatização (51,9%); tipo de interação com os alunos (48,1%) e ainda diálogo com os gestores (21,4%) e relacionamento com os colegas (21,2%). Tais resultados, segundo os pesquisadores, condizem com outros estudos, dentre eles o de Silveira et al. (2011).

Oliveira, Pereira e Lima (2017) sustentam que a atividade produtiva tem passado por um conjunto de mudanças significativas sob a lógica da exploração e da acumulação, que afetam sobremaneira o trabalho do professor universitário, cujas dimensões materiais de atuação devem resultar em produtos concretos e originais. Nesse sentido, a atividade intelectual, como trabalho abstrato, mostra-se comprometida diante da precarização da vida do professor, observada através do aumento da sobrecarga laboral (em detrimento das horas de lazer e descanso), das exíguas condições estruturais de trabalho, da mecanização dos processos, bem como do impacto dos parâmetros de produtividade acadêmica.

Facci, Urt e Barros (2018) apontam para a precarização da condição laboral, evidenciada tanto no processo de adoecimento quanto no processo de readaptação do professor, o que trabalha por minar, segundo os respondentes, o prazer intrínseco na relação com os alunos. A rígida estrutura educacional, envolvendo espaço físico e processos internos associados a atividades operacionais, é também referenciada pelos pesquisadores como fator estressor.

Venco (2016) em pesquisa de campo com 607 professores do estado de São Paulo, vinculados às redes municipal e estadual, identificou a exploração dos serviços voltados à educação pública, envolvendo processos como terceirização, regulação de contratações indiretas, parcerias público-privadas, o que tende a precarizar a profissão docente, entre outros aspectos, no que concerne à dinâmica das relações de trabalho, caracterizada pela frequente violação de direitos, cujo principal objetivo seria a “redução de custos operacionais”. Dentre esses aspectos estão a alta rotatividade de profissionais, equipamentos de informática e conexão à internet ruins, laboratórios precarizados, biblioteca com acervo insuficiente e/ou defasado, baixos salários e carga excessiva de trabalho. 54% dos respondentes consideraram insuficiente o tempo destinado a leitura e elaboração, correção e lançamento de atividades e avaliações. Tempo que está além da sala de aula e que não é devidamente reconhecido pela gestão.

2.3 GRUPOS VULNERÁVEIS E ESPECIFICIDADES DO ADOECIMENTO

O adoecimento mental e psicológico docente não afeta a categoria de forma homogênea, revelando grupos mais vulneráveis e especificidades que demandam atenção.

2.3.1 Gênero

Segundo Aguiar et al. (2024), docentes que se identificaram como do sexo feminino, apresentam maior prevalência de transtornos mentais comuns, com 56,8% em comparação a 34,0% dos homens. Em um estudo, mulheres tiveram 1,62 vezes mais chances de apresentar sintomas de

ansiedade e depressão (CRUZ et al., 2020). Essa maior vulnerabilidade pode ser atribuída à "dupla jornada" que muitas exercem, conciliando o trabalho docente com responsabilidades familiares e domésticas (SILVA et al., 2023; TUNDIS & MONTEIRO, 2018).

De acordo com Tostes et al. (2018) dos 1201 participantes da pesquisa de campo empreendida no estado do Paraná, 78,8% dos respondentes se identificavam como do sexo feminino. O grupo apresentou idade média de 43 anos. Destes, 51,1% informaram trabalhar em dois turnos e 34,6% em três turnos. Com relação aos problemas de saúde, 29,7% relataram alguma forma de adoecimento mental, como depressão, ansiedade e estresse, identificados em maior prevalência em mulheres, e 75,2% apresentaram distúrbios psíquicos considerados menores. Tais dados são encontrados em outras pesquisas, tais como Capitão e Mesquita (2005) e Araújo et al. (2006).

Silva et al. (2023) dos 249 afirmam que, dos participantes da pesquisa de campo aplicada por estudantes de Psicologia que praticavam estágio em cinco cidades do interior do Rio Grande do Sul, 64,7% se identificaram como do sexo feminino, relatando desconforto quanto à jornada de trabalho, associada a raras pausas de descanso, refeições em locais desconfortáveis e ritmo intenso em função da dupla ou tripla jornada de trabalho, o que corrobora com estudos de Tavares (2007).

Segundo Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), dos 105 participantes da pesquisa de campo, com idade média de 38 anos, 81,3% se identificaram como do sexo feminino e associaram a profissão a vivências de desmotivação, tristeza, raiva e/ou impaciência, também em função das distintas jornadas de trabalho, associadas ao trabalho doméstico. Os pesquisadores atentaram para uma contradição entre os dados apresentados nos instrumentos (questionário e entrevista) e apontaram para o fato de que, na entrevista, ao se identificar, as respondentes temessem possíveis represálias por parte dos gestores da instituição.

Venco (2016), em pesquisa qualitativa com professores do município paulista de Guarulhos, informa que 57% dos entrevistados informaram vivenciar um contrato precário de trabalho, condição que atinge, majoritariamente, o sexo feminino, cuja faixa etária se encontra entre 31 e 40 anos, embora sustente que, quanto à precariedade objetiva, a categoria jovem esteja mais suscetível aos contratos precarizados no campo da educação. Quanto à precariedade subjetiva, na faixa etária superior observa-se maior impacto. Importante ressaltar que, segundo a autora, a socióloga francesa Danièle Linhart reelabora o conceito de precariedade no mundo do trabalho, a partir das categorias objetiva e subjetiva, referindo-se às condições materiais, psicológicas e sociais que a constituem.

2.3.2 Faixa etária

Segundo Tostes et al. (2018) a faixa etária média dos 1201 respondentes do estudo é de 43 anos. O tempo de trabalho como professor também apresentou relação com a deterioração da saúde mental: 44,8% dos que trabalhavam há mais de 20 anos, apresentaram ansiedade moderada ou grave, em comparação com 26% que trabalhavam entre 3 e 5 anos.

De acordo com Silva et al (2023) entre os 249 respondentes da pesquisa de campo, a idade média se concentrou em ter 36 e 40 anos. Esse estudo considerou que a frustração com a profissão está associada a fatores como falta de reconhecimento, baixos salários, condições impróprias de trabalho e carga exaustiva. Segundo os pesquisadores, estudos apontam que o aumento da insatisfação está em sintonia com o tempo de trabalho exercido como professor.

Segundo Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), os respondentes da pesquisa de campo, no que se refere aos níveis de ansiedade e depressão identificados, mais de 70% dos respondentes entre 41 e 45 anos, apresentam níveis de ansiedade ou depressão passíveis de comprometer o processo ensino-aprendizagem, sugerindo uma correlação entre os fatores idade, adoecimento psíquico e exercício da profissão.

Facci, Urt e Barros (2018) em pesquisa qualitativa realizada com 20 respondentes, informam que 55% dos docentes estavam na faixa entre 50 e 59 anos, atuando na profissão, em um tempo médio de 26 anos e sofrendo mais fortemente a precarização e a intensificação do trabalho. Quanto à readaptação ao ambiente de trabalho, em função de licenças para tratamento de saúde física/mental, os docentes relatam inseguranças quanto a vínculos relacionais e a alteração de processos laborais, tais como alterações na rotina, flexibilização e terceirização, aos quais precisam responder com efetividade.

Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), em estudo, informaram que docentes na faixa etária de 41 a 45 anos apresentaram probabilidade de adoecimento psíquico, com mais de 70% exibindo níveis prejudiciais de ansiedade e/ou depressão. Já Tundis e Monteiro (2018) informaram que entre docentes universitários, respondentes acima de 40 anos, com doutorado e mestrado avaliaram as relações socioprofissionais significativamente mais negativas do que os com graduação/especialização.

2.4 RESPOSTAS INSTITUCIONAIS E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO

Apesar da clareza dos dados sobre o adoecimento docente, persiste uma lacuna significativa na implementação de políticas públicas de cuidado, prevenção e promoção da saúde. Nem todos os estudos acerca do adoecimento do professor e da consequente precarização da vida, contemplam discussões sobre políticas institucionais. Isso também se dá porque, de acordo com Penteado e Souza

Neto (2019), as políticas educacionais e as reformas raramente abordam o bem-estar docente, e esses temas não são frequentemente observados nas pautas associadas ao trabalho dos professores.

De acordo com Gouvêa (2016), Sindicatos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) têm desempenhado um papel crucial na coletivização e institucionalização do problema do adoecimento docente, iniciando a problematização relativa à saúde e ao trabalho realizado pelos professores no final da década de 1990, baseando-se em estudos que revelaram o perfil de adoecimento mental e a relação com as condições de trabalho. Assim, as ações incluíram a criação de coletivos e secretarias de saúde, a realização de seminários e a publicação de dossiês para fortalecer a ação sindical e incluir a saúde e condições de trabalho nas políticas educacionais. No entanto, a autora sustenta que o desafio de superar a invisibilidade do problema persiste, tanto por parte dos docentes, que naturalizam o sofrimento e o presenteísmo, quanto por parte das políticas públicas, que, insuficientes, muitas vezes se limitam a medidas que envolvem bonificações por assiduidade.

Segundo Machado e Cecílio (2024), a ausência de políticas públicas integradas e a negligência institucional em relação à saúde psicológica e mental dos professores perpetuam um ciclo de sofrimento e afastamento. Pouco se menciona sobre mecanismos para prevenir o adoecimento, promover a saúde ou oferecer tratamento e reintegração adequada aos docentes. Segundo os autores, a frágil regulamentação, em nível nacional, das condições de trabalho docente, apesar dos direitos previstos na Constituição Federal e na LDB, suprime direitos e contribui para a deterioração da saúde mental da categoria.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados empíricos de diversos estudos pesquisados converge para a conclusão de que o adoecimento mental e psicológico do professor é um fenômeno complexo e multifacetado, intrinsecamente ligado à precarização das condições de trabalho, às pressões por produtividade e a uma cultura que, por vezes, naturaliza o sofrimento.

Os estudos informam que a fragilidade dos direitos trabalhistas, a ausência de suporte adequado e a negligência institucional perpetuam um ciclo de sofrimento com consequências diretas na qualidade de vida dos profissionais e, por extensão, na qualidade da educação. Assim, apesar dos índices de satisfação e motivação intrínseca à profissão, os professores enfrentam um cenário de desvalorização social, sobrecarga de trabalho, condições precárias e a medicalização de seu sofrimento. Assim, colocar em pauta a valorização dos profissionais da educação não é apenas uma questão de justiça social, mas um investimento estratégico para o futuro da educação, como um bem público.

É imperativo garantir que aqueles que atuam na formação de gerações possam fazê-lo com saúde, bem-estar e o pleno exercício de sua vocação e profissionalidade. Para tanto, faz-se necessário promover uma reflexão crítica sobre as condições de trabalho do professor, à luz da inter-relação entre exploração, precarização, alienação e adoecimento mental e psicológico dos professores.

A superação desse cenário demanda a implementação de políticas educacionais abrangentes e integradas que invistam em suporte psicossocial, amplamente discutidas pelos autores nesse estudo: Programas de apoio emocional e psicológico e equipes multiprofissionais nas escolas são essenciais para oferecer atendimento e acompanhamento contínuo aos docentes e que atuem para reduzir a sobrecarga, com a revisão das políticas salariais e da organização do trabalho, garantindo tempo adequado para o lazer e atividades pedagógicas, e combatendo a dupla ou ainda a tripla jornada laboral.

Ações que criem ambientes de trabalho saudáveis e colaborativos, fomentando a cooperação, o reconhecimento e a autonomia docente, promovendo espaços de diálogo e partilha entre os profissionais, confrontando a naturalização do adoecimento, reconhecendo a saúde como um direito social e coletivo, considerando a diversidade e a equidade ao abordar as questões de gênero e de grupos historicamente marginalizados de maneira inclusiva, com políticas que atendam às necessidades específicas de mulheres, negros e outros grupos e apoiando as entidades representativas na luta por melhores condições de trabalho e na inclusão da saúde do trabalhador como pauta central nas negociações. Todos os aspectos citados aqui encontram-se amplamente discutidos nos trabalhos compilados nesse artigo.

À guisa de conclusão, considera-se que somente por meio de um esforço conjunto que envolva entidades governamentais nos distintos níveis, instituições de ensino, sindicatos e comunidades escolar e acadêmica, será possível transformar o cenário atual a fim de garantir que a frequente violação de direitos dos professores e consequente precarização da vida sejam problematizadas e revertidas em políticas efetivas de valorização, que assegurem condições de trabalho decente, acolhimento e reconhecimento profissional. Afinal, como nos orienta Clot (2007), o trabalho só preenche a sua função psicológica, quando favorece ao trabalhador entrar num mundo social cujas regras permitam ver além da atividade produtiva pura e simples, ou de um campo no qual as ferramentas garantam a sua sobrevivência material. Para o autor, desenvolver “uma psicologia das situações de trabalho e de vida” deve estar no centro das preocupações de instituições e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gracielle Almeida; SANTOS, Franciele Del Vecchio dos; MOTA, Francisco Lima; SCHOFFEN, Adriana Crestani Zwan; SILVA, André Costa; VALENTIN, Rayane Emanuelle de Oliveira; QUADROS, Ariane Pinheiro de. Saúde mental dos professores em contextos de precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, 2024.

ARAÚJO, Tânia Maria; CARVALHO, Fernando; REIS, Eduardo JF Borges dos; BARBALHO, Leonardo. Docência e Exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006

BATISTA, Jaqueline Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; OLIVEIRA, Malu Nunes; ZACCARA, Ana Aline Lacet; BARROS, Eveline de Oliveira; DUARTE, Marcela Costa Souto. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. **Rev. Pesq. UNIRIO (online)**, vol. 8, p. 4538- 4548, abr/jul.2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008.

CAMPOS, Tânia Cordeiro; VÉRAS, Renata Meiras; ARAÚJO, Tânia Maria. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação**, campinas, vol. 25, n. 3, p. 745-768, nov/2020.

CAPITÃO, Cláudio Garcia; MESQUITA Karina Lucena. A depressão em trabalhadores de uma frente de trabalho. **Revista de Psicologia da UnC**, vol. 2, n. 2, p. 93-102, 2005.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CRUZ, Roberto Moraes; ROCH, Ricelli Endrigo Ruppel da; ANDREONI, Solange; PESCA, Andrea Duarge. Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Polyphonía**, v. 31, n. 1, p. 325–344, 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia da Educação**, v. 22, número 2, Maio/Agosto, p. 261-290, 2018.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Rev. Pro-Posições**, v. 30, p.1-29, 2019.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate Rio de Janeiro**, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016.

MACHADO, Maria das Graças de Carvalho; CECÍLIO, Sálua. Adoecimento psíquico de professores: mapeamento e breve análise da literatura no período de 2018 a 2023. **Itinerarius Reflectionis**, v. 20, n. 3, 2024.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras.

Psicologia Escolar e Educacional, SP, Volume 21, número 3. Setembro/Dezembro, p. 609-619, 2017.

PENTEADO, Regina Zanela; SOUZA NETO, Samuel. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 135–153, 2019.

SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; FUHR, Maiara da Silva; SARAIVA, Eduardo Steindorf. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023.

SILVEIRA, Rodrigo Euripedes da; REIS, Nayara Araújo dos; SANTOS, Álvaro da Silva; BORGES, Matiza Rodrigues. Qualidade de vida de docentes do ensino fundamental de um município brasileiro. **Revista de Enfermagem**, 3 (4), p. 115-123, 2011.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, volume 42, número 116, p. 87-99, janeiro/março, 2018.

TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira; MONTEIRO, Janine Kieling. Ensino Superior e Adoecimento Docente: Um estudo em uma universidade pública. **Psicologia da Educação**, v. 46, p. 1-10, 2018.

VENCO, Selma. Precariedades: desdobramentos da nova gestão pública no trabalho docente. Crítica e Sociedade. **Revista de Cultura e Política**, volume 6, número 1, novembro, 2016.